

Sodré desconsidera condenação americana sobre vendas à Líbia

BRASÍLIA — O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, considera que “não tem efeito” a condenação dos Estados Unidos à venda de armamentos brasileiros à Líbia. Ele argumentou que o material bélico negociado com a Líbia é formado por “armas defensivas”, embora os mísseis incluídos no negócio tenham alcance de 600 quilômetros.

Depois do subsecretário de Estado John Whitehead ter transmitido ao embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, a apreensão da Casa Branca, a embaixada norte-americana no Brasil divulgou nota do Departamento de Estado que também condena o negócio. De acordo com a nota, o governo brasileiro está ciente de que o regime do coronel Muhamar Khadafi compra armas no mercado internacional para dar apoio ao terrorismo.

O ministro Abreu Sodré não levou em conta as críticas norte-americanas, afirmando que “o Brasil tem uma linha de conduta de não vender armas a nações em guerra”. Disse ainda que o Brasil não tem conhecimento de que a Líbia repasse armas ao Irã, em guerra com o Iraque. E fez questão de assinalar que os mísseis pretendidos pela Líbia “são de pequeno alcance, são armas defensivas”.

Segundo Abreu Sodré, que na semana passada recebeu a missão de 12 coronéis líbios que veio comprar da Engesa e suas subsidiárias tanques Osório e mísseis Léo e Piranha, o contrato de venda pode chegar a 2 bilhões de dólares.

Oficialmente, o Itamarati desconhece a reclamação feita pelo subsecretário norte-americano ao embaixador Marcílio Marques Moreira. Também a nota do Departamento de Estado divulgada pela embaixada não foi comentada pelo governo brasileiro. Na nota, o governo dos Estados Unidos diz que “é evidente que Khadafi não deixou de dar apoio à subversão e à agressão. A evidência mais recente está na apreensão pela polícia francesa de armas líbias para o Exército Republicano Irlandês (IRA) e nos ataques aos dissidentes líbios em Roma, Viena e Atenas”.

“Os Estados Unidos”, continua a nota. “Acreditam que a resposta apropriada é a manutenção de pressões econômicas e diplomáticas para limitar a capacidade de Khadafi de praticar ações prejudiciais, encorajando os países civilizados a negarem a Khadafi meios que lhe permitam levar a termo suas políticas repressíveis”.